VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

VALTER MOURA DO CARMO

CAROLINE VARGAS BARBOSA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Copyright © 2023 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Caroline Vargas Barbosa; Livio Augusto de Carvalho Santos; Valter Moura do Carmo – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-667-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O VI Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 em formato 100% digital, foi realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e a Faculdades Londrina, tendo apresentado como temática central "Direito e Políticas Públicas na era digital". As discussões em torno da temática foram de muito relevo, nos painéis, nos Grupos de Trabalho de artigos e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo "GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO". Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento os trabalhos foram apresentados de forma virtual e posteriormente foram realizados debates entre os apresentadores, os coordenadores e os demais participantes. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos, que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Os trabalhados aprovados e apresentados no supramencionado GT foram: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022 de autoria de Thiérry Willian De Moura Coelho; A EXTENSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL: ANALOGIA IN MALAM PARTEM OU GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE? de autoria de Beatriz Nascimento Costa Mourão Nogueira; A SEGREGACÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM de autoria de Érica Pinheiro de Albuquerque Leal; A TRANSIÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL de autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos e orientado por José Antonio de Faria Martos.

Os seguintes trabalhos: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE DA META 5.2 DA AGENDA 2030 de autoria de Patrícia Lima Feitosa Leão; AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO de autoria de Emilli Mailly Miranda de Aquino e orientado por Luanna Tomaz de Souza; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS de autoria de Maria Inês Lopa Ruivo e orientado por Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; CASAMENTO INFANTIL E NORMAS

SOCIAIS: EM BUSCA UM NOVO QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENDER O FENÔMENO de autoria de Rafaela Missaggia Vaccari; ENTREGUE AOS LOBOS: A QUESTÃO DO ASSÉDIO E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS orientado por Caio Augusto Souza Lara; INTERSECCIONALIDADE E FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA de autoria de Bruna Santana da Encarnação; MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES NO EMPREENDEDORISMO de autoria de Larissa Moraes e Ananda Viana de Miranda, sendo orientadas por Roberta Pinheiro Piluso;

E por fim os trabalhos: REVISÃO DE LITERATURA DO ACESSO AO ABORTO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO de autoria de Ana Clara Feitosa Barros, sendo orientada por Luanna Tomaz de Souza; VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO DESCASO HISTÓRICO/ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A ESSAS MINORIAS NO BRASIL de autoria de Maria Eduarda Machado de Andrade Santos e de Ana Caroline Santana Alves Sobreira, sendo orientadas por Grasielle Borges Vieira De Carvalho; A SUBJETIVIDADE NA NOVA IDENTIDADE ALGORITIMICA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE PLATAFORMA E ROTULAÇÃO RELACIONADAS ÀS MULHERES de autoria de Amanda Rodrigues Tonoli.

As apresentações dos trabalhos foram divididas em dois blocos, no primeiro foram abordados trabalhos envolvendo temáticas Trans e no segundo políticas públicas de gênero com foco nas mulheres. Após as apresentações e debates ficaram evidenciadas a diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados pelos (as) pesquisadores (as) que acrescentam para a ciência e a sociedade.

Agradecemos a todos (as) os (as) pesquisadores (as), colaboradores (as) e pessoas envolvidas nos debates e na organização do evento pela sua inestimável contribuição, bem como desejamos uma excelente leitura!

Profa Ma. Caroline Vargas Barbosa - UnB

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos – UNIMAR

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022

Thiérry Willian De Moura Coelho

Resumo

RESUMO: A presente pesquisa é voltada para expor o grande número de assassinatos que ocorrem contra a população trans no Brasil, assim como mencionar que dentre essas vítimas, a maioria são pessoas negras, o que demonstra a prática racista e transfóbica dentre essas ações violentas. Indo contra o preceito constitucional de bem-estar social e as garantias básicas inerentes ao ser humano, uma vez que pouco se fala a respeito desses dados, omitindo, assim, os olhos sociais e estatal para o preconceito e violência que ocorrem de forma diária em solo brasileiro.

INTRODUÇÃO: De acordo com dados divulgados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em seu dossiê anual, edição 2023, o Brasil ocupa pela 14ª vez o ranking dos países que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo, no ano de 2022 houve o assassinato de 131 pessoas trans. Das vítimas dessa violência, 89% delas tinham entre 15 e 39 anos de idade. Nota-se, ainda, com os dados apontados que as pessoas negras trans representam 76% das vítimas desses assassinatos, isso é, o racismo e a transfobia anexados em prol da discriminação e do preconceito. Furacão e Salvador (2018) explicam que ser uma pessoa trans é sofrer todos os tipos de estigmas possíveis em um país que é considerado o país da diversidade, do acolhimento e que não possui políticas públicas efetivas para a sua população, complementam mencionado que para ser uma pessoa negra e trans no Brasil é preciso lutar duplamente para conseguir seus direitos. Assim, necessário se faz a reflexão a respeito da necessidade de estimular os debates sobre o racismo transfóbico, viabilizando a efetividade de políticas públicas voltadas ao combate desses preconceitos.

PROBLEMA DA PESQUISA E OBJETIVOS: A presente pesquisa tem como finalidade analisar a violência contra as pessoas transexuais no Brasil, o qual ocupa pela 14ª o topo do ranking dos países que mais praticam transfobia no mundo, conforme já mencionado nesta pesquisa, o fato em questão é que um grande percentual dessas vítimas são pessoas negras e trans, isso representa que o último país do mundo a abolir a escravatura ainda continua com práticas racistas e discriminatórias. O problema da pesquisa se baseia em dados que indicam que o Brasil é um país transfóbico e racista, em que, conforme dados apresentados no Anuário

Brasileiro de Segurança Pública de 2022, revelam que 408.605 pessoas negras foram assassinadas de forma letal no Brasil na última década, ainda, 62% das vítimas de feminicídio no país em 2021 eram mulheres negras. Observa-se que as informações sobre o racismo e sobre a transfobia no Brasil demonstram a realidade preconceituosa que aterroriza essas pessoas de forma dupla. No mais, conforme apontado na pesquisa realizada pela ANTRA, dos meios utilizados para assassinar as pessoas trans, 41% deles foram de tiros, 24% de facadas, 16% estrangulamento e 10% outras formas. Assim, é evidente que a violência letal contra as pessoas trans é predominante, as formas como os assassinatos ocorrem demonstram o ódio no momento da execução do crime. Outro fator alarmante é que quando ocorre a tentativa de assassino ou agressões, há uma dificuldade por parte das vítimas em conseguir registrar perante a autoridade policial. Destaca-se também, que dos discursos de ódio que são empregados contra as pessoas trans, alguns deles são movidos por preconceitos baseados na religião, quando ofensas como "filha do diabo", "aberração da natureza" e outros são ditos para ofender a integridade moral das pessoas trans, isso quando não esta ofendendo em conjunto a integridade física com agressões ou os assassinatos.

RESULTADOS E CONCLUSÃO: Considerando os dados estatísticos alarmantes Supremo Tribunal Federal equiparou o crime de transfobia ao crime de racismo, todavia, mesmo com a criminalização, a prática ainda ocorre e a ausência de preparos estruturais no Estado faz com que essas violências se propaguem e o ciclo de assassinatos se prolongue. Conforme exposto na pesquisa, ser uma pessoa negra no Brasil já é um sinônimo de correr risco de sofrer violência e até mesmo assassinato, conforme dados apontados e ao ser uma pessoa negra e transexual torna duplamente maior a chance dessas violências, discriminações e assassinatos ocorrerem. Dessa forma políticas públicas são urgentes e necessárias, como a criação de banheiros exclusivos para pessoas trans, uma vez que o Brasil ainda não porta a maturidade e a democratização suficiente para que haja a inclusão das pessoas trans nos respectivos banheiros sob qual se identificam; criação de delegacias especializadas, com a preparação das equipes policiais para atender, acolher e tomar iniciativas quando houver casos de transfobia; publicação de campanhas incentivando as denúncias diante dos casos transfóbicos; políticas de inclusão das pessoas trans nas universidades, empresas e demais espaços; treinamento por parte das empresas para que suas políticas de diversidade e inclusão não sejam apenas publicitárias e sim eficientes; entre outras ações que podem evitar as práticas de assassinatos transfóbicos no Brasil.

Palavras-chave: Transfobia, racismo e assassinatos

Referências

Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022; Visível e invisível: a vitimização de

mulheres no Brasil, 3ª ed., 2021.

Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.